



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2013 a ABRIL/2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o **Relatório de Gestão Fiscal**, concernente ao **primeiro quadrimestre do exercício de 2014**. Os dados estão disponíveis a partir desta data no site do Tribunal de Justiça (www.tjsc.jus.br).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.133.753.933,97	-
Pessoal Ativo	967.257.044,79	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	103.123.676,87	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	864.133.367,92	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	166.496.889,18	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	166.496.889,18	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	273.564.662,43	-
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	12.981.314,56	-
Decorrentes de Decisão Judicial	103.123.676,87	-
Despesas de Exercícios Anteriores	9.937.614,95	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	147.522.056,05	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	860.189.271,54	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	860.189.271,54	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.725.825.609,16	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,14%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	1.003.549.536,55	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	953.372.059,72	
LIMITE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	903.194.582,89	

FONTE: SIGEF - Comparativo da despesa autorizada, liquidada e paga - e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juizes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos), no valor de R\$ 32.212.455,24, não foram consideradas, pois não se trata de servidores contratados pelo Estado, mas tão somente agentes colaboradores por meio de delegação do Poder Público.

Nota: 3 - Os repasses oriundos do acordo firmado entre os Poderes Executivo e Judiciário na ação ordinária n. 023.05.016888-9, em que há compensação de recursos vinculados (receitas do IPREV), no valor de R\$ 2.350.961,72, estão inseridos nas despesas não computadas, linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

Florianópolis, 26 de maio de 2014

Des. Torres Marques
Presidente em exercício

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Jozelito Neves Cunha
Coordenador de Auditoria Interna